

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Ana Paula Augusta da Silva Fernandes

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

anapaula.augusta@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho debruçado na discussão: Dificuldades de Aprendizagem no processo de alfabetização, embasada em reflexões e inquietações oriundas de uma problemática que se tem perpetuado, e, resultado em exclusão sócio educacional, decorrente do fracasso no processo ensino aprendizagem, consequência de uma dificuldade de ensino e/ou de aprendizagem, objetiva desenvolver estratégias a fim de conduzir a superação das dificuldades de aprendizagem na leitura e escrita, de crianças do 3º ano do ciclo de alfabetização. Trata-se de uma pesquisa com características experimental, bibliográficas, quantitativa e também de estudo de caso. Acredita-se que a atuação na turma do 3º ano, período no qual os “erros” comuns do processo de alfabetização já teriam sido superados, em crianças sem déficit ou problemas de aprendizagem, e, as dificuldades tendem a prevalecer nas que apresentam tais déficits ou dificuldades, irá também auxiliar aos professores alfabetizadores a identificar tais dificuldades, conhecer conceitos e detectar aspectos inerentes às dificuldades para intervir no que e como fazer, fazendo uso de novos métodos, ou dos mesmos, mas buscando considerar não apenas o que a criança já sabe ou não sabe, mas o que ela é capaz de realizar com a ajuda de outra pessoa que oportunizará a construção de vínculos de confiança entre ensinante e aprendente. Ao realizar intervenções as implicações nesse processo ensino aprendizagem serão minimizadas e mitigará casos de crianças que apresentam déficits de aprendizagem sejam ignoradas pelo sistema, e promovidas, sem que tenham sido garantidos os direitos de aprendizagem e, tornem-se sujeitos “perdidos”, marginalizados dentro e fora da escola.

Palavras-chave: Dificuldade de Aprendizagem; Alfabetização; Intervenção.

Introdução

O conceito de “educação de qualidade” remete a uma constante busca, e, porque não dizer, a um contínuo propósito das instituições de ensino pública e/ou privada, da Educação Básica ao Ensino Superior. Conceito esse passivo de questionamentos, afinal, o que se entende por uma “educação de qualidade”? Sabe-se que são quantitativos os dados considerados e que revelam e/ou mascaram as instituições de ensino que se apresentam como escolas que vislumbram uma ideia de educação de qualidade. Para a sociedade

contemporânea, educação de qualidade é aquela que resulta na formação de sujeitos criativos que com eficiência e eficácia atendam às necessidades da classe dominante. Para outros, seria aquela capaz de politizar, formar cidadãos ativos, que não se deixem subjugar, que sejam autores e sujeitos de sua história e da história da sociedade na qual está inserido, que transformem, que possibilitem mudanças sociais significativas. E para outros, seria a soma de ambos.

De qualquer modo, todos têm um pen
sa

(83) 3322.3222

contato@conbrale.com.br

www.conbrale.com.br

mento em comum: formar esse sujeito/cidadão passa pelo processo ensino aprendizagem, na qual a leitura e escrita possuem um papel fundamental, visto que a sociedade atual é grafocêntrica. Em linhas gerais o ato de ler e escrever estão intrinsecamente ligados ao processo de alfabetização seja ele fruto de métodos classificados como tradicionais ou os mais atuais, mas não menos criticados, os interacionistas, entretanto o que tem se percebido é que apesar de se afirmar quantitativamente e que se subentende que o processo ensino aprendizagem tem-se efetivado mediante a menor índices de reprovação/retenção, dados também quantitativos, oriundos das avaliações nacionais e locais, revelam que alunos (as) têm sido promovidos (as) sem terem domínio do Sistema de Escrita Alfabética – SEA -, como tampouco do domínio da prática de leitura. O que limita as oportunidades, as possibilidades e pode ser ainda, considerado um fator determinante, um “divisor de águas” entre inclusão e exclusão social.

Para alguns professores (as) alfabetizadores (as), a não aprendizagem se justifica por se tratar de crianças e/ou pré-adolescentes desmotivados, e/ou preguiçosos, e/ou filhos (as) de famílias desestruturadas, e/ou que apresentam algum grau de desnutrição, e/ou com deficiência intelectual (sem laudo) e/ou com problemas neuropsicomotores, tornando a criança/adolescente a única responsável por sua não aprendizagem.

De fato, tais crianças podem apresentar algumas ou todas essas características, que justificariam sua não aprendizagem, mas o fato é que são casos que não são “estudados” e/ou investigados, acaba sendo ignorados, por professores (as) alfabetizadores (as), como também os (as) professores (as) do Ensino Fundamental II, que acreditam não ser sua função a alfabetização desses (as) alunos (as), semelhantemente a equipe diretiva da escola e da secretaria de educação, também ignoram tal fato, já que se trata de uma

minoridade, dentro de uma maioria. O que será dessa minoria? Por que se preocupar com ela, se a concepção de “Educação de qualidade” supervaloriza o quantitativo?!

Para tanto, a pesquisa tem como objetivo desenvolver estratégias a fim de conduzir a superação das dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita.

Metodologia

A presente pesquisa está em andamento, mas tem natureza quantitativa, com características experimental e bibliográfica. Será solicitado aos (as) professores (as) alfabetizadores (as) autorização para desenvolver o projeto de pesquisa em suas turmas; será realizada entrevista junto a esses (as) professores (as) do ciclo de alfabetização para identificar possíveis crianças com dificuldades de aprendizagem. De posse dessas informações, pretende-se desenvolver uma vez por semana, durante 01 hora atividades lúdicas para criar vínculos de confiança e afetivos com os (as) alunos (as) e levantar informações significativa sobre sua realidade social e linguística, mas principalmente criar vínculos. Serão aplicadas as provas piagetianas em sessões individuais e realizada análise de hipóteses de escrita e leitura, estratégias previamente planejadas e selecionadas, a fim de colher dados que nos apontem as principais dificuldades de aprendizagem das crianças, como também o que cada criança sabe, e, o que ela é capaz de fazer com a ajuda / mediação de outra pessoa, ou seja, sua zona de desenvolvimento proximal, nossa principal área de intervenção; Textos e/ou conteúdos serão indicados pela professora, e, serão elaboradas, a partir deles, sequências didáticas, que serão aplicadas, e, testadas, para desenvolverem a capacidade de ler e escrever, e, de compreensão, sua superação, visto que cada uma dessas crianças possui capacidade

dades e potencialidades para se desenvolverem, mesmo que em um ritmo diferente dos demais.

Resultados e Discussões

Acredita-se que a atuação na turma do 3º ano, período no qual os “erros” comentes do processo de alfabetização já teriam sido superados, em crianças com déficit de aprendizagem ou dificuldades, irá também auxiliar aos professores alfabetizadores a identificar tais dificuldades, conhecer conceitos e detectar aspectos inerentes às dificuldades para intervir no que e como fazer, fazendo uso de novos métodos, ou dos mesmos, mas buscando considerar não apenas o que a criança já sabe, mas o que ela é capaz de realizar com a ajuda de outra pessoa que oportunizará a construção de vínculos de confiança entre ensinante e aprendente.

Vive-se numa sociedade que determina o que é padrão, o que deve ou não ser ensinado, quem deve ser aceito, ou excluído, como também define o que é sucesso ou fracasso, semelhantemente a escola reproduz tais normatizações, através, muitas das vezes dos que fazem a escola. Bossa (1996) afirma que “a sociedade busca cada vez mais o êxito profissional, a competência. A busca incansável e imediata pela perfeição leva à rotulação daqueles que não se encaixam nos parâmetros impostos”. E na escola esse processo não é diferente, mas é mais “carrasco”, mais cruel, pois se trata de crianças que não aprendem o que, e, nem no ritmo que a escola e a sociedade determinam, o que incute uma imagem que a desvaloriza, que a sufoca, que a mensura, que a menospreza, imagem essa vista pelos outros que importam – como a família, o (a) professor (a), e, seus pares -, e, principalmente, por ela mesma.

Porto (2011, p. 16) afirma que a criança passa a assumir o papel que lhe foi atribuído e tende a correspondê-lo. Scoz (1998) reforça ao dizer que “Ao conceder este rótulo à criança, não se observa em

quais circunstâncias ela apresenta tais dificuldades (ele está assim e não é assim)”. Deixa-se de ver a criança, e, apenas se enxergar a sua dificuldade, sua não aprendizagem. E, esse olhar acaba como uma epidemia contagiando os demais integrantes da escola, seus próximos e futuros professores (as). Entretanto, antes de pensar as dificuldades de aprendizagem, faz-se necessário, antecipadamente compreender o significado de aprendizagem, o seu conceito, suas características, sua importância. Sabe-se que a aprendizagem é algo inerente ao ser humano que se efetiva em ritmos diferentes, de formas diferentes, através de experiências vividas ou observadas, e que se consolida na interação entre dois sujeitos: ensinante e aprendente, dessa forma se entende o porquê de não se admitir a aprendizagem, um processo tão complexo, a partir do aprendente, sem recorrer ao ensinante, e, vice-versa.

Vygotsky (1991, p. 57) afirmava que “a aprendizagem das crianças começa muito antes delas frequentarem a escola. (...) que o aprendizado e o desenvolvimento estão inter-relacionados desde o primeiro dia de vida da criança”. Para ele o aprendizado de alguma maneira está entrelaçado ao nível de desenvolvimento da criança. Para tanto,

Temos que determinar pelo menos dois níveis de desenvolvimento. O primeiro nível pode ser chamado de nível de desenvolvimento real, isto é, o nível de desenvolvimento das funções mentais da criança que se estabeleceram como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já completados. (...) e o nível de desenvolvimento proximal, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (...) a zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão

P
r

(83) 3322.3222

contato@conbrale.com.br

www.conbrale.com.br

esentamente em estado embrionário.

Vygotsky traz à tona o papel fundamental de um mediador, e, do conhecimento, não do conhecimento sistematizado e construído historicamente, mas do conhecimento que torna possível compreender as etapas, o processo, a criança, suas dificuldades e potencialidades, como afirma Fernández (1991, p.31) “o inegável é que, se não conhecermos as regras do jogo e o tipo de jogadas, nada poderemos observar nem aportar ao jogador”.

Quando se pensa no processo de alfabetização, se entende como sendo um processo complexo, que vai além do ato mecânico de ler e escrever, ainda que seja comum encontrar em muitas práticas o processo de alfabetização se limitar ao emprego de técnicas de memorização. Atualmente, mais do que habilidades de ler e escrever, a sociedade emerge de sujeitos capazes de ler e escrever, e de também fazer uso da leitura e da escrita em práticas sociais. O que Soares (2012, p.12), chamou de letramento, “O letramento surge, então, com a preocupação em torno das transformações sociais, do reconhecimento dos usos e funções da língua escrita e dos problemas relacionados à aprendizagem inicial da escrita, remetendo-nos à necessidade do aprendizado da língua em contextos de usos reais dessa língua”.

Para Soares (2012), os métodos tradicionais podem até formar alunos que saibam ler e escrever, mas eles provavelmente encontrarão dificuldades para desenvolver hábitos de leitura de jornais, revistas e livros, bem com habilidades para interpretar textos e redigir diferentes gêneros textuais.

Entretanto, sabe-se que independente dos métodos, muitas crianças não são alfabetizadas, são culpabilizadas por sua não aprendizagem, considerados como sendo preguiçosos, desinteressados, “especiais sem laudo”, “anormais”, desnutridos. “Se o aluno aprende é porque o professor ensina: se não aprende é

porque apresenta alguma defasagem ou disfunção” (PORTO, 2011), De fato essas crianças podem ter algum tipo de distúrbio / dificuldade de aprendizagem e/ou serem sintoma de uma dispedagogia, ineficiência dos (as) professores (as), e/ou ainda não terem desejo em aprender, representado uma minoria que não aprende. Entretanto, seja como for, o fato é que esse quantitativo de alunos (as) tem sido ignorado.

Mas o que são dificuldades de aprendizagem? Segundo Porto (2011, p. 100):

Dificuldade de aprendizagem é um termo geral que se refere a um grupo heterogêneo de desordens manifestadas por dificuldades significativas na aquisição e utilização da compreensão auditiva, da fala, da leitura, da escrita e do raciocínio matemático.

Para Capellini e Conrado (2009)

podem ser entendidas como obstáculos ou barreiras encontradas por alunos durante o período de escolarização, referentes a captação ou a assimilação dos conteúdos propostos. Essas dificuldades podem ser duradouras ou passageiras e mais ou menos intensas.

O que se percebe é que na definição trazida por Porto, trata-se de algo mais interno a criança, quanto que para Capellini e Conrado (2009), algo mais externo, mas que de um modo ou de outro, são passivas de intervenção. Encontrar as causas do não aprendizado possibilita ao professor (a), não apenas a organização de metodologias que facilitarão a aprendizagem e o desempenho escolar dessas crianças, mas, sobretudo, dará possibilidades a essas crianças que não aprendem de reelaborar sua história de vida escolar, social, cultural, afetiva e humana.

Será construído um guia prático contendo sequências didáticas e banco de atividades empiricamente testadas e em

bas

(83) 3322.3222

contato@conbrale.com.br

www.conbrale.com.br

adas teórica – metodologicamente aplicadas aos alunos, mas que pode ser seguido por professores, de forma sistematizada o que implicará o planejamento, execução, avaliação e planejamento.

Conclusão

A presente pesquisa ainda não foi concluída, mas acredita-se que intervir junto a esse público, mitigará novos casos de crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, e que acabam por serem ignoradas pelo sistema, promovidas, a fim de evitar os índices de reprovação, sem que tenham de fato sido garantidos os seus direitos de aprendizagem, e acabem por se tornar sujeitos “perdidos”, marginalizados dentro e fora da escola, como tantos outros que assim se tornaram por ser uma minoria.

Referências

BOSSA, Nádya Aparecida, OLIVEIRA, Vera Barros de. (Organizadoras) **Avaliação psicopedagógica da criança de sete a onze anos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CAPELLINI, S. A., CONRADO, T. L. B. **Desempenho de escolares com e sem dificuldades de aprendizagem de ensino particular em habilidade fonológica, nomeação rápida, leitura e escrita**. rev. CEFAC, São Paulo, v. 11, supl 2, Mar, 2009.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

PAIN, Sara. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. 4ª edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

PORTO, Olívia. **Psicopedagogia Institucional: teoria, prática e assessoramento psicopedagógico**. 4ª ed – Rio de Janeiro: Wak Editora 2011.

SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e Realidade Escolar – O Problema Escolar e de Aprendizagem**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1998.

SOARES, Magda. Magda Soares através dos textos. **Revista Letra A: o Jornal do Alfabetizador**. Belo Horizonte, novembro/dezembro de 2012 – ano 8 – Edição Especial.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente**. 4ª edição. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1991.